



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

CONTRATO Nº 20250181

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº
20250181, QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE E A EMPRESA E. T. MARQUES LTDA.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de IGARAPÉ-ACU, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ-MF, Nº 11.718.379/0001-96, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) BRUNO CEZAR NOGUEIRA LOPES, SECRETÁRIO DE SAÚDE, e do outro lado E. T. MARQUES LTDA, CNPJ/CPF CNPJ 08.691.632/0001-50, com sede na RUA OSVALDO CRUZ, Nº 16, IANETAMA, Castanhal-PA, de agora em diante denominada CONTRATADA(O), neste ato representado pelo(a) Sr(a).EDNALDO TELES MARQUES, portador do(a) CPF 443.258.272-34, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-ACU/PA., nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. Itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
163763	ÁGUA DEIONIZADA 1000ML. - Marca.: FORTSAN	FRASCO	12,00	9,600	115,20
163765	ÁGUA TAMPONADA 1000ML. - Marca.: OXOID	FRASCO	5,00	19,050	95,25
163766	AGULHA HIPODÉRMICA, EM AÇO INOX, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, 20X5,5MM, C/100UN - Marca.: MEDIX	CAIXA	10,00	5,340	53,40
163769	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO 1000ML - Marca.: GABISA	FRASCO	1,00	34,500	34,50
163770	ÁLCOOL ETÍLICO 70% 1L - Marca.: ITAJA	FRASCO	40,00	6,600	264,00
163775	BÉQUER DE VIDRO 25ML. - Marca.: BECKER	UNIDADE	1,00	6,270	6,27
163783	COLETOR UNIVERSAL TRANSPARENTE, ESTÉRIL, COM TAMPA, 80ML, PACOTE C/100UN - Marca.: CRAL	PACOTE	60,00	28,600	1.716,00
163792	CURATIVO ESTÉRIL PÓS-COLETA, CAIXA/500UN - Marca.: C	CAIXA	30,00	9,370	281,10
163794	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA DE VIDRARIAS - 1000ML - Marca.: ASFER	FRASCO	2,00	23,850	47,70
163797	VARETA ESCOVA NYLON LIMPEZA DUTOS 6MM - Marca.: SR	UNIDADE	1,00	12,610	12,61
163798	ESTANTE PARA MICRO TUBOS, 96 MICROTUBOS - Marca.: CR	UNIDADE	1,00	13,000	13,00
163799	ESTANTES PARA 21 TUBOS, FALCON - Marca.: CRAL	UNIDADE	2,00	17,300	34,60
163803	FRASCO ÂMBAR DE VIDRO 1L - Marca.: CRAL	FRASCO	1,00	18,000	18,00
163806	HBSAG METODO IMUNOCROMATOGRÁFICO C/20T - Marca.: EBR	KIT	2,00	27,800	55,60
163808	LÂMINA DE BISTURI Nº15, C/100UN - Marca.: MEDIX	CAIXA	1,00	19,150	19,15
163815	PAPEL LENÇOL, DESCARTÁVEL 50CMX50M - Marca.: PLUMAX	UNIDADE	10,00	4,490	44,90
163816	LUGOL PARA SECREÇÃO VAGINAL (GRAM) 1L - Marca.: NEWP	FRASCO	1,00	138,260	138,26
163818	MICROPIPETETA DE VOL. AJUSTÁVEL 10-100UL (MICROLITRO) - Marca.: CELM	UNIDADE	1,00	58,000	58,00
163819	MICROPIPETETA DE VOL. AJUSTÁVEL 100-1000UL (MICROLITRO) - Marca.: LABTEST	UNIDADE	1,00	56,450	56,45
163824	MICROTUBO TIPO EPPENDORF 2,0 ML PC/1000UN - Marca.: CRAL	UNIDADE	1,00	28,500	28,50
163825	TUBO DE ENSAIO 12 X 75 MM, 5 ML C/250 - Marca.: DESKARPLAS	UNIDADE	2,00	29,000	58,00
163829	PAPEL INTERFOLHADO 1000 FOLHAS. - Marca.: POLITEC	PACOTE	6,00	8,150	48,90
163830	PAPEL FILTRO (PORO 12) C/100. - Marca.: J PROLAB	UNIDADE	1,00	11,000	11,00
163831	PIPETETA GRADUADA PLÁSTICA PARA VHS - Marca.: CRAL	UNIDADE	40,00	4,680	187,20
163832	PISSETA GRADUADA 500ML - Marca.: CRA	UNIDADE	1,00	8,830	8,83
163835	PONTEIRAS TIPO GILSON, AZUL, 1000UL, PACOTE C/1000UN - Marca.: CRALPLAST	PACOTE	4,00	15,460	61,84
163838	REAGENTE PARA A DETERMINAÇÃO DOS ANTICORPOS ANTI ESTREPTOLISINA O (AEO/ASO) - Marca.: EBRAM	KIT	6,00	11,540	69,24



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

163840	C/200T - MÉTODO AGLUTINAÇÃO DE LÁTEX REAGENTE PARA BILIRRUBINA DIRETA MÉTODO ENZIMATICO TE STE COLORIMETRICO C/105 ML - Marca.: EBRAM	KIT	3,00	47,370	142,11
163841	REAGENTE PARA COLESTEROL HDL MÉTODO ENZIMÁTICO COLOR IMETRICO C/500 ML - Marca.: BIOTECNICA	KIT	3,00	143,500	430,50
163847	REAGENTE PARA GAMA GT - MÉTODO CINÉTICO-UV, 100ML - Marca.: QUIBASA	KIT	6,00	30,880	185,28
163851	REAGENTE PARA PARA EQUIPAMENTO HEMATOLOGIA VIDA COUN T 510 - LISE DIAG H51R 0,5L - Marca.: BIOSUL	FRASCO	15,00	115,250	1.728,75
163852	DIAGFAST REAGENTE PARA TRIGLICERÍDEOS MÉTODO ENZIMÁTICO COLOR IMETRICO C/500 ML - Marca.: LABORLAB	KIT	8,00	13,450	107,60
163854	REAGENTE TIPO ALCOOL-ACETONA PARA GRAM 1L.. - Marca.: LS	FRASCO	1,00	26,700	26,70
163857	RUBEOLA IGG/IGM ? METODO IMUNOCROMATOGRÁFICO C/30T - Marca.: BIOCON	KIT	1,00	15,100	15,10
163858	SANGUE OCULTO RÁPIDO - FOB TESTE RÁPIDO- METODO IMUN OCROMATOGRÁFICO C/20T - Marca.: EBRAM	KIT	1,00	36,610	36,61
163859	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML.. - Marca.: MEDIX	UNIDADE	4.000,00	0,150	600,00
163860	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML.. - Marca.: MEDIX	UNIDADE	4.000,00	0,180	720,00
163861	SORO ANTI A 10ML - Marca.: EBRAM	FRASCO	1,00	15,110	15,11
163863	SORO ANTI D 10ML - Marca.: EBRAM	FRASCO	1,00	24,070	24,07
163867	TAMPA PARA TUBO 15-16MM PRESSÃO INTERNA C/1000. - Ma rca.: CRALPLAST	PACOTE	1,00	63,100	63,10
163870	TIRA REAGENTE 10 PARÂMETROS PARA URINA C/ 100 TIRAS. - Marca.: CRAL	KIT	12,00	21,600	259,20
163872	CELER FINECARE TROPONINA METODO METODO IMUNOCROMATOG RÁFICO C/20.. - Marca.: CELER	KIT	12,00	58,400	700,80
163878	TUBO TRANSPORTE COM TAMPA ROSCA.. - Marca.: DESKARPL	UNIDADE	200,00	3,000	600,00
163879	TUBO VÁCUO CITRATO 5,0 ML CAIXA/100UN - Marca.: CRAL	PACOTE	2,00	35,930	71,86
163880	TUBO VÁCUO COM GEL 9,0 ML C/100UN - Marca.: FRISTLAB	PACOTE	6,00	60,340	362,04
163887	MINITUBO PARA COLETA COM GEL E ATIVADOR DE COAGULO - Marca.: CRAL	PACOTE	2,00	33,000	66,00
163889	SCALP P/ COLETA À VACUO 23 G - Marca.: MEDIX	PACOTE	40,00	17,000	680,00
163890	SCALP P/ COLETA À VACUO 25 G - Marca.: MEDIX	PACOTE	100,00	17,000	1.700,00
163891	CAPOTE DESCARTÁVEL COM MANGA 1,0 X 1,40 C/ 10 - Marc a.: MEDIX	PACOTE	3,00	13,800	41,40
163894	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS TAMANHO P C/ 1000 - Marca.: MEDIX	CAIXA	2,00	19,000	38,00
163895	LUVAS PARA PROCEDIMENTOS TAMANHO G C/ 1000 - Marca.: MEDIX	CAIXA	1,00	19,000	19,00
163896	MASCARA DESCARTÁVEL ADULTO CX/ 100 - Marca.: MEDIX	CAIXA	4,00	5,870	23,48
163897	SACO BRANCO P/ LIXO CONTAMINADO 30 L PCT/ 10 - Marca .: RAVA	PACOTE	10,00	2,400	24,00
163898	SACO BRANCO P/ LIXO CONTAMINADO 50 L PCT/ 10 - Marca .: RAVA	PACOTE	10,00	15,250	152,50
163899	SACO BRANCO P/ LIXO CONTAMINADO 100 L PCT/ 10 - Marc a.: RAVA	PACOTE	4,00	17,870	71,48
163905	ALCOOL EM GEL 70% - Marca.: ITAJÁ	FRASCO	2,00	8,000	16,00
163906	TESTE RÁPIDO COVID-19 AG - Marca.: DIAGNOSTICO	KIT	12,00	7,000	84,00
				VALOR GLOBAL R\$	12.542,19

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- A Proposta do Contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ 12.542,19 (doze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no processo de nº 9-2025-033 SRP, na modalidade PREGÃO e fundamenta-



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo único. O prazo acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da CONTRATADA, durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo único. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. Este Contrato terá validade e eficácia legal iniciando-se no dia 18 de Novembro de 2025 e extendendo-se até 31 de Dezembro de 2025.

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

- II** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III** - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- V** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VI** - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- VII** - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- VIII** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- IX** - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- II** - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- III** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- IV** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

I - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2025 Atividade 0711.103010204.2.071 Manutenção do Programa de Atenção Básica - PAB, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo Exercício 2025 Atividade 1030.20210.2.082 Serv. de Media e Alta Complexidade Ambu. Urgência/Emergência - MAC 33.90.30.00 Material de Consumo Exercício 2025 Atividade 1012.20007.2.056 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde 33.90.30.00 Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANT pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- I - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justifica r a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-ACU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de IGARAPÉ-AÇU, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

IGARAPÉ-AÇU - PA, 18 de Novembro de 2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ(MF) 11.718.379/0001-96
CONTRATANTE

E. T. MARQUES LTDA
CNPJ 08.691.632/0001-50
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

1. _____

2. _____